



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS  
1º OFÍCIO DO NTC**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA \_\_\_ VARA FEDERAL  
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS**

**Ref. Notícia de Fato nº 1.18.000.000849/2022-15**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus Procuradores da República signatários, no regular exercício de suas atribuições legais e constitucionais, e com fulcro nos artigos 127, *caput*, e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigos 5º, inciso II, alínea 'e', 6º, inciso VII, alíneas 'a' e 'c', e 39, inciso II, da Lei Complementar n.º 75 /93 e artigos 1º, inciso IV, e 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

(com pedido de antecipação da tutela de urgência)

em face da **UNIÃO** (Departamento da Polícia Rodoviária Federal), pessoa jurídica de direito público interno (CNPJ 26.994.558/0001-23), por ato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a ser citada na pessoa de sua representante legal, a Procuradora-Chefe da Procuradoria da União em Goiás, com sede na Rua 10, 718, Setor Oeste, Goiânia/GO, CEP nº 74120-020, *email* pu.go@agu.gov.br,

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p style="text-align: center;">Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

## 1. DOS FATOS

O Ministério Público Federal determinou, em 07/05/2022, a instauração do procedimento extrajudicial nº 1.18.000.000849/2022-15, com o objetivo de apurar eventuais retrocessos na tutela e proteção dos Direitos Humanos no âmbito da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Naquele procedimento, tinha-se por objetivo inicial apurar dois fatos que contribuíram para a deteriorização da tutela dos direitos humanos naquela instituição, a saber: 1) a extinção das Comissões Nacional e Regionais de Direitos Humanos (CNDH e CRDH); e 2) a exclusão da disciplina Direitos Humanos da grade curricular dos Cursos de Formação para PRF.

Para melhor compreensão, cada um desses eventos será abordado individualmente a seguir.


### 1.1 DA EXCLUSÃO DA DISCIPLINA DE DIREITOS HUMANOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

No Brasil, o ingresso nas carreiras policiais é feito por meio de um concurso público composto por múltiplas fases. O Curso de Formação Profissional consolida a segunda etapa do concurso público para ingresso nos quadros da PRF.

No intuito de alcançar os objetivos propostos para a formação de novos policiais, deverão ser realizados exercícios práticos simulando as dinâmicas de trabalho dos candidatos a policiais rodoviários, como prática de tiro, defesa pessoal, atendimento a acidentes nas rodovias, protocolos de abordagens policiais, etc.

Historicamente, a PRF sempre teve preocupação em incluir, em seus Cursos de Formação, a disciplina Direitos Humanos e Cidadania, na qual eram ensinados tópicos como diversidade, empatia, comunicação não violenta, abordagem e atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade, alcoolismo, acolhimento da vítima e combate ao trabalho escravo, conforme se observa pelo plano de ensino de Direitos Humanos do ano de 2021 (fls. 193/202 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15).

Todavia, a referida matéria teve sua grade horária reduzida, de forma discreta e gradativa, de 30 (trinta) horas-aula iniciais para 18 (dezoito) horas-aula e finalmente para

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

apenas 10 (dez) horas-aula, até se extinguir completamente no ano de 2022.

Portanto, no Curso de Formação de 2022.2, **o qual está já está ocorrendo na cidade de Florianópolis/SC, no período de 17 de junho de 2022 a 6 de outubro de 2022**, esses conteúdos (não fosse a atuação do MPF) não seriam mais discutidos de forma autônoma. Indagada, a PRF alegou que esses conteúdos seriam (supostamente) ministrados apenas de forma transversalizada nas demais disciplinas do curso (fls. 278/285 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15)

Por sua vez, o Ministério Público Federal acredita que essa metodologia não é suficiente nem eficaz para a devida tutela dos Direitos Humanos pela PRF perante a sociedade brasileira, conforme se argumentará ao longo dessa inicial.

## **1.2 DA EXTINÇÃO DAS COMISSÕES REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NA PRF**

A Comissão Nacional de Direitos Humanos da PRF surgiu em 2008, com a comemoração de 60 (sessenta) anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, atuando junto à Corregedoria para o enfrentamento de assédio moral e sexual, assim como promovendo ações regionais e nacionais em conjunto com a área de Gestão de Pessoas sobre os direitos dos policiais e combatendo a depressão e suicídio dentro da própria instituição.


Além disso, em conjunto com as Comissões Regionais, abrangia tanto o estudo e a formação dos servidores sobre a temática quanto o incremento de projetos sociais em escolas e faculdades em todo o País.

Na parte operacional, agia contra a exploração sexual, contra o tráfico de pessoas e no combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, ao câncer, entre outros relevantes trabalhos relevantes, muitas vezes em parceria com o MPF e o MPT. Portanto, executava amplas e imprescindíveis funções, como se observa a seguir:

Art. 14. Compete concorrentemente às Comissões (Nacional e Regionais) de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, sem prejuízo das competências regimentais das demais áreas da instituição:

I - Promover pesquisas, avaliar resultados, propor estratégias de formação e informação na área de Direitos Humanos, juntamente com as áreas afins;

IV - Trabalhar juntamente com as Corregedorias, Gestão de Pessoas, Ensino, Operações, Inteligência, Centrais de Atendimento Operacionais, Delegacias e Unidades Operacionais, no sentido de orientar as atribuições

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

dessas áreas, no que tange à proteção e reparação dos direitos dos servidores da Polícia Rodoviária Federal e da comunidade em geral que forem violados, ou que corram o risco de o serem;

Todavia, em 03 de maio de 2022, aparentemente atendendo a uma política de estado, surpreendentemente a Portaria DG/PRF nº 456 extinguiu as Comissões de Direitos Humanos da PRF (fls. 03/04 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15).

Em substituição, foi criado um serviço burocrático de direitos humanos no organograma da instituição, com algumas poucas funções comissionadas e concentrado na capital Federal, a qual excluiu a atuação das demais 26 unidades federativas. Além disso, a Comissão Nacional anterior era ligada diretamente ao Gabinete do Diretor Geral, enquanto o atual serviço tem um escopo reduzido, sendo, por limitações geográficas e de pessoal óbvias, impedido de efetivar uma política efetiva e de grande capilaridade no País.


### **1.3 DO ASSASSINATO DE GENIVALDO DOS SANTOS**

Em 25 de maio de 2022, cerca de 20 (vinte) dias após a instauração do anexo procedimento extrajudicial no MPF, o cidadão brasileiro Genivaldo de Jesus Santos foi morto em decorrência da atuação funcional de três policiais rodoviários federais.

Esse triste e lamentável episódio foi filmado pela população local e noticiado amplamente por toda a imprensa nacional e internacional. As imagens aterradoras mostram que Genivaldo foi abordado por agentes da PRF de forma abusiva, violenta e inadequada, após ser parado pela polícia rodoviária pelo simples fato de estar andando de moto sem capacete (infração de trânsito punível com multa).

As reportagens jornalísticas em anexo (fls. 24/112 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15) dão conta de que Genivaldo, cidadão pardo e franzino de 38 anos, motoboy, portador de deficiência mental em tratamento, foi indevidamente algemado, embora aparentemente não tenha oposto resistência à ação policial, e morto asfixiado após ser trancado no porta-malas da viatura, onde foi sufocado com spray de pimenta e gás lacrimogêneo, tratamento indigno de ser dispensado a seres humanos. Muitos associaram o fato à câmara de gás utilizada pelo regime nazista, na 2ª Guerra Mundial.

A ONU e a imprensa logo associaram o fato a outro ocorrido exatamente dois anos atrás (25/05/2020) cuja abordagem policial americana fora dos protocolos também culminou na morte de George Floyd, cidadão americano negro de 40 anos, em Minnesota,

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

nos EUA, também vítima de asfixia (mecânica) e violência policial, o que reacendeu nacional e internacionalmente o debate acerca da truculência policial e do racismo institucional no país e no mundo (fls. 63/64 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15)

Em ambos os casos as vítimas eram pobres e negras e, no caso brasileiro, pessoa honesta, trabalhadora e com deficiência.

#### 1.4 DA OPERAÇÃO DA VILA DO CRUZEIRO/RJ

Um dia antes do episódio violento que vitimou Genivaldo de Jesus Santos, a atuação da Polícia Rodoviária Federal na Operação da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro-RJ, gerou preocupação em toda a sociedade, também merecendo críticas sobre a atuação da PRF.

No caso, uma operação conjunta entre PRF, Bope e PM/RJ vitimou 23(vinte e três) pessoas na Vila Cruzeiro (fls. 60/65, fls. 171/176 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15).

Outras operações desastrosas podem ser facilmente encontradas numa rápida pesquisa no Google (fls. 171/180 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15).


Deve-se ressaltar que a atuação da PRF na operação da Vila do Cruzeiro/RJ não é objeto dessa ACP, pois se encontra em apuração pela Procuradoria da República do Rio de Janeiro-RJ. [1]

Todavia, da mesma forma que no caso Genivaldo, esta operação é trazida aqui como um exemplo das consequências nefastas que a desvalorização dos Direitos Humanos pode trazer à sociedade.

Portanto, com objetivo de retornar a PRF a seu anterior *modus operandi* de guardião e protetor da sociedade, o MPF ajuíza esta ACP, uma vez que entende que fatos como esses podem ser evitados no futuro, por meio de campanhas de conscientização e de capacitações periódicas de policiais que busquem proteger a dignidade do cidadão e a tutela dos direitos humanos.

#### 1.5 DAS TRATATIVAS EXTRAJUDICIAIS COM A PRF

A atuação de alguns membros da PRF, neste e em outros episódios acima narrados, é reflexo de opções político-institucionais equivocadas e mostra um triste exemplo

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

do que acontece quando o Estado decide negligenciar a tutela dos Direitos Humanos. Tais fatos não podem ser atribuídos somente a condutas isoladas de um ou outro agente, mas são fruto de uma doutrina estatal que atribui aos policiais a missão de combatentes, quando são, ou deveriam ser, guardiões e protetores da sociedade e do cidadão.

Em 30 de maio de 2022, foi expedida a Recomendação nº 19/2022, na qual, em apertada síntese, recomendou-se à PRF a revogação da Portaria nº 456/2022, que extinguiu as competências da CNDH e das CRDH's e o restabelecimento do ensino de Direitos Humanos e Cidadania, como disciplina autônoma nos Cursos de Formação e Reciclagem de policiais rodoviários federais.

O prazo para resposta acerca do eventual acatamento da Recomendação terminaria no dia 13/06/2022. Todavia, nesse ínterim, a PRF solicitou a realização de uma reunião presencial com o MPF.


A referida reunião aconteceu em 09/06/2022, no prédio da Procuradoria da República em Goiás (PRGO), e contou com a presença da Procuradora da República signatária, do Procurador da República Marcello Wolff (então respondendo pelo 15º Ofício), do Diretor de Administração da PRF Ismael de Oliveira e do Diretor-Executivo da PRF Marco Territo.

Na ocasião, os representantes da PRF apresentaram uma resposta escrita (fls. 278/285 do procedimento extrajudicial nº 1.18.000.000849/2022-15), na qual informaram as razões para o não acatamento da Recomendação.

Todavia, advertidos da judicialização da lide, acordaram, ao final, em levar ao Diretor-Geral a possibilidade de restabelecer a disciplina, de forma presencial e com carga horária compatível com as principais disciplinas do curso. Para tanto, foi solicitado o prazo de até o dia 20/06/2022.

Em 23/06/2022, a PRF finalmente remeteu ao MPF o Ofício nº 360/2022/DIREX, no qual informou que acatariam apenas parcialmente a Recomendação, sob a justificativa de que "a disciplina de Direitos Humanos no Curso de Formação Profissional 2022.2, além de ser abordada de forma transversal em todas as disciplinas do curso, também será ministrada na modalidade EAD e com carga horária de 10h para os discentes" (*sic* - fls. 115/116 do procedimento nº 1.18.000.000849/2022-15).

O *Parquet* entende, todavia, que a carga horária e a modalidade de ensino, na forma como propostas pela PRF, não são suficientes ao tratamento dessa importante questão, bem como não se encontram em harmonia com a legislação de regência e com o princípio internacional de não retroatividade das normas que tratam da defesa de direitos humanos,

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

conforma se observa a seguir.

## 2. DO DIREITO

### 2.1 DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DO PAPEL DA JUSTIÇA FEDERAL NA TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS

O princípio da separação de poderes não tem natureza absoluta e ilimitada, na medida em que as funções estatais complementam-se e limitam-se umas às outras, com observância do sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), visando a realização do bem comum.

Portanto, o Poder Judiciário pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. Nesse sentido vem decidindo o Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

DIREITO CONSTITUCIONAL. SEGURANÇA PÚBLICA AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 2º, 6º E 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.


1. O direito a segurança é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço.

2. É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(RE 559646 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 07/06/2011, DJe-120 DIVULG 22-06-2011 PUBLIC 24-06-2011 EMENT VOL-02550-01 PP-00144)

A adoção e observância (nos cursos de Formação e Reciclagem) de protocolos

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

policiais adequados de abordagem ao cidadão, com observância da Constituição Federal (CF/88) e das normas nacionais e internacionais de regência, tem o condão não apenas de servir de desestímulo para práticas criminosas, mas também de assegurar a vida e o patrimônio desses cidadãos.

Legítima, portanto, a atuação do MPF e da Justiça Federal para promover a defesa dos interesses difusos aqui tratados e a restauração da paz social, a garantia do cumprimento dos Direitos Humanos e a defesa das minorias e do Estado de Direito.

## **2.2 DA RECOMENDAÇÃO Nº 123, DE 07/01/2022, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ E DO DEVER DE CUMPRIR TRATADOS INTERNACIONAIS.**

Calha destacar que, influenciado pela Declaração Universal de Direitos Humanos, o alargamento do rol de direitos fundamentais do Texto Maior permitiu, ainda, a ratificação de importantes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, como a Convenção Americana de Direitos Humanos e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.


Ratificada em 28 de setembro de 1989, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes reconhece os direitos à igualdade e a liberdade, levando em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana.

Essa Convenção determina, ainda, a vedação de qualquer ação tomada por um representante do Estado no exercício de suas funções, com o consentimento ou omissão deste, que tenha por finalidade a obtenção de informações ou confissões infligindo intencionalmente violências físicas ou mentais, dores ou sofrimentos agudos, intimidações, coações, discriminação de qualquer natureza.

Nesse mesmo sentido, em 25 de setembro de 1992, o Brasil ratificou a Convenção Americana dos Direitos Humanos, que tem como objetivo estabelecer os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à dignidade, à integridade pessoal e moral, à educação, entre outros similares:

Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos:

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---



discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

[...]

Artigo 24 - Igualdade perante a lei: Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação alguma, à igual proteção da lei.

Tendo em vista a relevância que essas Convenções possuem no âmbito internacional e nacional, o não cumprimento de suas disposições podem ensejar condenações do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, a exemplo do lamentável incidente que ocorreu em 2020, em Santo Antônio de Jesus-BA.

Na ocasião, a explosão de uma fábrica de fogos de artifícios, que operava irregularmente, ceifou a vida de 64 (sessenta e quatro) mulheres que lá trabalhavam em 1998. [2]

Passados mais de 20 (vinte) anos sem que o Estado brasileiro desse uma resposta adequada e efetiva a esse grave fato, seja na esfera cível, trabalhista e/ou criminal, o Brasil foi condenado pela negligência que levou à impunidade dos agentes violadores de direitos humanos e ao desamparo às vítimas.

Essa condenação internacional é um de vários exemplos de uma aparente negligência brasileira em processar e punir os violadores de direitos humanos, revelando que alguns órgãos públicos ainda não lograram êxito em incorporar e compreender o conteúdo e significado dos direitos humanos e fundamentais no Brasil, a demandar respostas estatais que sejam capazes de evitar esse tipo de impunidade.

Preocupado com essas condenações recorrentes do Brasil em Tribunais Internacionais devido à violação a direitos humanos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu a Recomendação nº 123, de 07/01/2022, recomendando aos órgãos do Poder Judiciário:

I – a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos em vigor no Brasil e a utilização da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), bem como a necessidade de controle de convencionalidade das leis internas.

II – a priorização do julgamento dos processos em tramitação relativos à reparação material e imaterial das vítimas de violações a direitos humanos determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM  
GOIÁS

Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista,  
Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO  
Telefone: (62)32435400  
Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br

condenações envolvendo o Estado brasileiro e que estejam pendentes de cumprimento integral.

Evidente, portanto, a importância que os direitos humanos e fundamentais possuem em nível nacional e internacional, não podendo ser objeto de retrocessos, conforme já exposto.

### **2.3 DA NECESSIDADE DO ENSINO DE DIREITOS HUMANOS, COMO MATÉRIA AUTÔNOMA, NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE POLICIAIS**

Como já salientado, em um ato de grande retrocesso na tutela e garantia dos direitos humanos no Estado brasileiro, a Polícia Rodoviária Federal determinou a completa exclusão da disciplina Direitos Humanos e Cidadania da grade curricular do Curso de Formação de 2022.

Todavia, a presença dessa disciplina é necessária e fundamental para incutir, nos policiais rodoviários federais, as competências mínimas para o exercício qualificado de sua missão social voltada à defesa, segurança e à promoção de direitos do cidadão no estado democrático de Direito.


Deve-se ressaltar que a busca pelo alinhamento entre as disciplinas (transdisciplinaridade) é uma excelente iniciativa da PRF, pois viabiliza a intercomunicação das mentalidades, das consciências e das posturas, a fim de que se obtenha a compreensão do ser, da vida, da cultura, em suas relações e interrelações.

Rompe-se, portanto, com o paradigma de que cada disciplina é abordada de modo fragmentado e isolada das demais.

Contudo, trata-se de uma complementação e não de uma substituição, de modo que a abordagem transversal dos Direitos Humanos, em outras matérias, **não exclui a necessidade do ensino de forma direta e autônoma.**

Vale destacar que o domínio empático da aprendizagem, ou seja, a valoração pessoal do tema, é preponderante em Direitos Humanos, em que pese os domínios cognitivo e psicomotor possuïrem importante relevância na construção do conhecimento. A predominância do domínio afetivo decorre da lei e também pelo fato de Direitos Humanos tratar de pessoas e não coisas e/ou objetos.

Lidar no dia a dia com pessoas, considerando sua ampla diversidade, demanda muito mais que uma construção do conhecimento mecanizada e puramente tecnicista. O

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

estudo de casos equivocados e o enfoque em protocolos humanizados são muito importantes para que o candidato ao cargo de policial tenha uma clareza do universo de possibilidades quando se lida com o ser humano e para evitar que erros pretéritos não se repitam.

Sendo assim, o contato pessoal entre instrutores de Direitos Humanos e alunos torna-se fundamental para o aprofundamento dos temas e desenvolvimento dos aspectos atitudinais esperados em Direitos Humanos que são amplamente descritos na legislação nacional e internacional, bem como no mapa estratégico da instituição. O tema é sensível e de grande responsabilidade no contexto da instituição, além de ser definitivo nas ações da atividade-meio e finalística.


A noção de formação em direitos humanos, longe de se restringir a concepções filosóficas sobre direitos ou deveres, pauta-se pela vivência diária dos profissionais. São reflexões que permitem ao policial desenvolver habilidades que o possibilitam intervir nas mais variadas situações, como o reconhecimento e a identificação de violações de direitos humanos que fazem parte do cotidiano de um policial rodoviário, tais como a exploração sexual infantil, trabalho escravo, pessoas em situação de rua e portadoras de transtornos mentais.

A disciplina Direitos Humanos e Cidadania deve ser ministrada, portanto, seja na formação, nos cursos de reciclagem ou nas especializações, tanto de forma autônoma quanto pulverizada para a capacitação do efetivo policial por uma vivência de cooperação e respeito às diferenças sociais e culturais, atendendo com dignidade a todos os segmentos, treinando exaustivamente protocolos específicos e legais de atuação.

Em um País marcado por alta desigualdade social e racial, o policiamento ostensivo tende a se concentrar em grupos marginalizados e considerados potenciais criminosos ou usuais suspeitos, assim definidos por fatores subjetivos, como idade, cor da pele, gênero, classe social, local da residência, vestimentas, etc.

Sob essa perspectiva, a ausência de justificativas e de elementos seguros a legitimar a ação dos agentes públicos, diante da discricionariedade subjetiva policial, pode fragilizar os direitos à intimidade, à privacidade, à liberdade e até à vida, a pretexto de se defender a segurança pública.

Assim, com a ausência de estudos voltados à legislação específica, tratados e convenções internacionais, princípios constitucionais, contexto histórico e dados empíricos, os quais requerem horas de exposição, se perpetuam as práticas discriminatórias, como aquelas que resultaram na morte de Genivaldo dos Santos, uma vez que há uma tendência das forças policiais a abordarem de forma mais recorrente e com mais violências os grupos

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
---	--	---

marginalizados, como negros e moradores de áreas periféricas.

A manutenção da matéria (teórica e prática) a ser ministrada nos cursos dessa instituição é, pois, necessária e fundamental para inculcar nos policiais rodoviários federais as competências mínimas para o exercício qualificado de relevante função social voltada à defesa e à promoção de direitos no Brasil.

## **2.4 DA BASE LEGAL PARA A MANUTENÇÃO DO ENSINO DE DIREITOS HUMANOS, COMO MATÉRIA AUTÔNOMA, NOS CURSOS DE FORMAÇÃO**

A seguir, arrola-se uma gama de dispositivos legais, normas infralegais e tratados internacionais que contribuem para fundamentação do pedido principal dessa Ação Civil Pública, que é a manutenção do ensino de Direitos Humanos, como disciplina autônoma dos cursos de formação da Polícia Rodoviária Federal:

A Constituição da República tem como um de seus fundamentos, e núcleo axiológico do ordenamento jurídico, a “dignidade da pessoa humana” (artigo 1º, inciso III); e que dentre seus objetivos estão o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, incisos I e IV).

Ademais, o Brasil, nas suas relações internacionais, rege-se, entre outros, pelo princípio da “prevalência dos direitos humanos” (artigo 4º, II, da CF/88).

Diz a Declaração Universal Dos Direitos Humanos:

Art. I- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Art. II- Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM  
GOIÁS

Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista,  
Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO  
Telefone: (62)32435400  
Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br

A propósito, colaciona-se o seguinte artigo da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos:

Art. 1- Obrigação de respeitar os direitos. Estados Partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social


A Convenção da ONU Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgada internamente pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, prevê que "cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição" (artigo 2º);

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial foi adotada pela ONU no dia 07 de março de 1966 e ratificada pelo Brasil no dia 27 de março de 1968, sem reservas, tendo sido promulgada em 08 de dezembro de 1969 pelo Decreto 65.810, determina que o Estado-parte deve atuar em duas vertentes: de um lado, deve proibir qualquer forma de discriminação racial e, por outro, deve promover políticas compensatórias.

A Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 07 de junho de 1999, institui como princípios gerais o respeito pela dignidade, a não discriminação, a participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença e aceitação das pessoas com deficiência, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade entre homem e mulher e o desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência.

A Lei nº 13.675/2018, ao disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e instituir o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, impôs como um dos princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social a “proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana”:

Art. 39. A matriz curricular nacional constitui-se em referencial teórico, metodológico e avaliativo para as ações de educação aos profissionais de segurança pública e defesa social e deverá ser observada nas atividades

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

formativas de ingresso, aperfeiçoamento, atualização, capacitação e especialização na área de segurança pública e defesa social, nas modalidades presencial e a distância, respeitados o regime jurídico e as peculiaridades de cada instituição.

§ 1º A matriz curricular é pautada nos direitos humanos, nos princípios da andragogia e nas teorias que enfocam o processo de construção do conhecimento.

A Portaria Interministerial nº 2/2010/MJ-SEDH, que trata das diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública, estabelece como necessidades:

[...] promover a adequação dos currículos das academias à Matriz Curricular Nacional, assegurando a inclusão de disciplinas voltadas ao ensino e à compreensão do sistema e da política nacional de segurança pública e dos Direitos Humanos [...]


atualizar permanentemente o ensino de Direitos Humanos nas academias, reforçando nos cursos a compreensão de que os profissionais de segurança pública também são titulares de Direitos Humanos, devem agir como defensores e promotores desses direitos e precisam ser vistos desta forma pela comunidade [...]

direcionar as atividades de formação no sentido de consolidar a compreensão de que a atuação do profissional de segurança pública orientada por padrões internacionais de respeito aos Direitos Humanos não dificulta, nem enfraquece a atividade das instituições de segurança pública, mas confere-lhes credibilidade, respeito social e eficiência superior";

A Portaria Interministerial nº 4.226/2010/MJ-SDH impõe a necessidade de "os processos seletivos para ingresso nas instituições de segurança pública e os cursos de formação e especialização dos agentes de segurança pública devem incluir conteúdos relativos a direitos humanos."

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2018) afirma que "os direitos humanos são indispensáveis para a implementação da justiça e da segurança pública em uma sociedade democrática". Além disso:

a educação em direitos humanos constitui um instrumento estratégico o interior das políticas de segurança e de justiça para respaldar a consonância entre uma cultura de promoção e defesa dos direitos humanos e

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

os princípios democráticos", tendo como princípio a "promoção da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nas ações de formação e capacitação dos profissionais da área e de disciplinas específicas de educação em direitos humanos

3. criar e promover programas básicos e conteúdos curriculares obrigatórios, disciplinas e atividades complementares em direitos humanos, nos programas para formação e educação continuada dos profissionais de cada sistema, considerando os princípios da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade, que contemplem, entre outros itens, a acessibilidade comunicacional e o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); (...)

10. fomentar ações educativas que estimulem e incentivem o envolvimento de profissionais dos sistemas com questões de diversidade e exclusão social, tais como: luta antimanicomial, combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, defesa de direitos de grupos sociais discriminados, como mulheres, povos indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, transexuais e bissexuais (GLTTB), negros(as), pessoas com deficiência, idosos(as), adolescentes em conflito com a lei, ciganos, refugiados, asilados, entre outros;

Como cediço, há um plexo normativo de envergadura constitucional que confere aos agentes de segurança pública uma imposição de conteúdo positivo ao Poder Público.

É importante destacar que as medidas adotadas pela PRF não estão sendo suficientes para impedir notórias violações de Direitos Humanos, cujos mais recentes paradigmas são o caso Genivaldo e a Operação da Vila do Cruzeiro que ocorreu no Rio de Janeiro, ambas em maio de 2002.

Apesar disso, o MPF não está postulando o incremento destas medidas de proteção. Está apenas pleiteando que não haja retrocessos que agravem ainda mais o problema (*status quo ante*).

É necessária uma atuação estratégica de enfrentamento que possa repercutir na desconstrução do racismo estrutural e institucional e combate às formas de discriminação e respeito aos Direitos Humanos no Brasil, de modo a se fomentar políticas públicas voltadas a construir uma sociedade livre de preconceitos e formas de discriminação.

Insta salientar que o respeito aos direitos fundamentais no patrulhamento ostensivo tem previsão sacramentada na Carta Constitucional, que assegura o tratamento isonômico, com o fim de se promover a paz social e prezar pela resolução pacífica dos

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
--	--	---

conflitos (art. 4, VI a VIII) e garantir o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

## 2.5 DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DAS COMISSÕES NACIONAL E REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS DA PRF

Conforme o relatório da COMISSÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - CNDH sobre a administração junho/2016 – junho/2020 (SEI/PRF - 26093317), as ações realizadas pela PRF somente foram possíveis devido à construção conjunta entre a Comissão Nacional de Direitos Humanos - CNDH e as Comissões Regionais de Direitos Humanos-CRDHs.


Houve uma busca constante pelo diálogo entre diferentes opiniões e estratégias, sempre valorizando os conhecimentos técnicos e construções históricas em Direitos Humanos, a qual se tornou uma saudável e importante construção profissional.

Seguem exemplos de importantes trabalhos conjuntos que alicerçaram a gestão de Direitos Humanos na Polícia Rodoviária Federal-PRF:

- a) Projeto Político Pedagógico elaborado pela área de Direitos Humanos;
- b) Realização no Estado do Paraná de vários Seminários de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes (2017, 2018, 2019 e 2020);
- c) Fomento a pesquisas sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência na atividade policial da PRF, na qual se reforçou a compreensão da importante diferença entre limitação e incapacidade;
- d) Capacitação dos Pontos Focais Regionais para a Disseminação da Metodologia do Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras - MAPEAR [\[3\]](#)

As Comissões nortearam ações positivas e inclusivas e construíram um legado histórico pautado no respeito aos Direitos Humanos, a exemplo do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate ao câncer e ao trabalho escravo, beneficiando milhares de pessoas e tornando a PRF conhecida e respeitada como a polícia amiga do cidadão.

Também foram realizadas campanhas de inclusão de datas importantes ligadas a Direitos Humanos no calendário da PRF, pela necessidade de um olhar permanente para a pluralidade que compõe a sociedade brasileira:

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
---	--	---



3.5. **PREVENÇÃO**

Campanhas	Data	Processo SEI	Ano
Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo	28/01	08650.025424/2019-52 08650.026292/2017-14	2017, 2018, 2019 e 2020
Dia Internacional da Mulher	08/03	08650.004115/2020-82 08650.002494/2018-51 08650.002784/2017-14	2017, 2018, 2019 e 2020
Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	18/05	08650.006489/2020-32 08650.006013/2018-87	2017, 2018, 2019 e 2020
Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil	12/06	08650.008587/2020-12 08650.007911/2018-52 08650.015125/2017-48	2017, 2018, 2019 e 2020
Dia do Policial Rodoviário Federal	23/07	08650.010980/2018-43 08650.017252/2017-81	2017, 2018 e 2019
Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	30/07	08650.010790/2018-26 08650.017252/2017-81	2017, 2018 e 2019
Dia do Servidor Administrativo da PRF	09/08	08650.010980/2018-43	2019
Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil	23/11	08650.016263/2018-25 08650.019675/2017-36	2017, 2018 e 2019
Dia Internacional dos Direitos Humanos	10/12	08650.023700/2019-48	2017, 2018 e 2019

Obviamente, a melhora nos dados institucionais passa necessariamente pela conscientização de pessoas que passam a se tornar disseminadores de conhecimentos e aliadas no enfrentamento aos crimes contra os Direitos Humanos.

E é possível conferir no quadro abaixo o resultado estatístico do trabalho dessas Comissões:

3.4. **RESULTADOS OBJETIVOS NO ENFRENTAMENTO AOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS**

[https://sei.prf.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=31488858&infra\\_sist](https://sei.prf.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=31488858&infra_sist)


20/06/2022 17:34

SEI/PRF - 26093317 - Relatório

	Ano	ESCA	Trabalho Escravo	Tráfico de Pessoas	Trabalho Infantil	TOTAL
Pessoas alcançadas	2018	32.631	3.437	10.864	3.765	50.697
Pessoas resgatadas	2018	23	150	1	141	315
Pessoas alcançadas	2019	323.718	7.962	10.502	5.532	347.714
Pessoas resgatadas	2019	123	446	312	117	998
Pessoas alcançadas	2020	4.284	4.159	554	2.453	11.450
Pessoas resgatadas	2020	68	1	0	64	133

Dados: PDI em 10/0

Verifica-se ainda que a CNDH da PRF buscou, ao longo dos anos, oficializar as articulações existentes por meio de Acordos de Cooperação Nacionais. E as CRDHs também articularam Acordos de Cooperações Regionais com o objetivo de suprir as necessidades e particularidades de cada região:

	<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</b>	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
---	---	---

3.6. ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Parcerias	Processo SEI	Escopo	Acordo Novo	Aditivo	Status	A
MPT x ASBRAD	08650.002453/2019-46	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo	x		Vigente	2
MMFDH	08650.006523/2019-35	Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos	x		Vigente	2
CONIACC	08650.001518/2018-55	Ação de Responsabilidade Social (Policiais Contra o Câncer Infantil)	x		Vigente	2
CHILDHOOD	08650.018951/2017-49	Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes		x	Vigente	2

Vale ressaltar que, em um País com dimensões continentais, como o Brasil, as violações de Direitos Humanos, como o racismo, a homofobia, o trabalho escravo, a exploração infantil, a violência contra a mulher e os povos indígenas e quilombolas assumem aspectos distintos nas diferentes regiões do país, classes sociais e etnias.

Desse modo, uma atuação concentrada e burocratizada em Brasília, nos moldes propostos pela PRF, não seria suficiente para abranger a pluralidade da sociedade brasileira.


As Comissões também são responsáveis pela elaboração de cartilhas e manuais, a exemplo do "Manual dos Princípios e Referências da Abordagem Policial da PRF", os quais são importantes ferramentas para trazer conhecimento e padronização na atuação da atividade-fim e meio da PRF, proporcionando o maior engajamento no enfrentamento às violações de Direitos Humanos.

A relevância da manutenção da matéria Direitos Humanos na estrutura organizacional da PRF possui grande importância estratégica, o que já é obrigatório desde 2010 com a Portaria Interministerial nº02 do SEDH/MJ (Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública), visto que intensifica a aproximação, articulação e comunicação entre a área operacional, de inteligência e comunicação social. Afinal, a capacitação enseja a melhor compreensão sobre a atenção às vulnerabilidades sociais.

**Por fim, vale ressaltar que o modelo adotado pela PRF era tão eficaz que, entre 2009 e 2019, a instituição recebeu uma vários prêmios em reconhecimento pela sua atuação em defesa dos Direitos Humanos, como o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (2009), o Prêmio João Canuto (2012), o Prêmio Neide Castanha (2015), o Prêmio Parceiro Estratégico da Childhood Brasil (2018 e 2019).**

Todavia, essa realidade não existe mais. Ao contrário, notícias de violação de Direitos Humanos por membros da PRF infelizmente têm se multiplicado.

## 2.6 DO DIREITO À PUBLICIDADE E À INFORMAÇÃO

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

A Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXIII e XXXIV, elevou a direito fundamental o direito à informação, da seguinte forma:

Art. 5º. (...)

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal;”

Também restou assentado no art. 37, § 3º, II, da Lei Maior que todos os usuários dos serviços públicos, sejam esses desempenhados pela Administração Pública direta ou indireta, gozam do direito de obter informações e ter acesso especial aos registros administrativos que retratem o desempenho dessas funções.

A União, com o objetivo de regular tais dispositivos, editou a Lei nº 12.527/2011, dispondo sobre os procedimentos a serem observados com o fim de garantir o acesso a informações acima previsto. Com efeito, tal diploma legal prevê, em seu artigo 11, que “o órgão ou a entidade pública deve autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”.

A obrigação de disponibilizar as informações de interesse coletivo, **permitindo o acesso à informação e o controle social da gestão pública**, impõe-se a todos os gestores públicos e estabelece a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção, consagrando em nosso ordenamento jurídico o célebre ensinamento do Juiz da Suprema Corte norte-americana, Louis Brandeis, de que “a luz do sol é o melhor desinfetante”.

Infelizmente, embora mais de trinta anos tenham se passado desde a redemocratização do País, as violações a Direitos Humanos, como tortura e censura, ainda fazem parte do nosso cotidiano.

A título de exemplo, a Polícia Rodoviária Federal impôs recentemente sigilo de 100 anos aos processos administrativos aplicados para os agentes que se envolveram na morte de Genivaldo dos Santos. [\[4\]](#)

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
--	--	---

Esse fato específico encontra-se sob investigação da Procuradoria da República em Sergipe e, por isso, não é objeto dessa Ação Civil Pública. Todavia, é trazido aqui como exemplo notório de violação ao dever de publicidade e transparência e como mais uma forma de retrocesso na tutela dos Direitos Humanos perpetrada pela PRF. [5] [6]

De qualquer sorte, a imposição de sigilo de 100 anos só se justificaria em caso de grave risco de lesão ao interesse nacional em suas relações externas. Jamais em casos de violação de direitos humanos. Repare que ao decretar sigilo de 100 anos, o governo estará privando a geração atual e até mesmo as duas próximas gerações de ter acesso a informações de interesse público, o que por si só é uma abusiva ofensa ao direito fundamental de acesso à informação e ao exercício do controle social sobre os atos da administração pública.

Frise-se que a Lei de Acesso a Informação Pública não permite que se decrete sigilo em casos de violação de direitos humanos, *verbis*:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º. As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I – terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem;  
II – poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º. Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

**§ 3º. O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:**

(...)

**IV – à defesa de direitos humanos;**

Como forma de se evitar a perpetuação dessa violações, o *Parquet* faz, nos autos, um pedido amplo de publicidade e transparência, conforme consta no tópico 04 desta exordial.



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM  
GOIÁS

Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista,  
Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO  
Telefone: (62)32435400  
Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br

## 2.7 DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO E DA PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE

A disponibilização das verbas orçamentárias para o regular funcionamento da Polícia Rodoviária Federal é feita pelo Ministério da Economia.

Cabe, no entanto, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública a atribuição de organizar e manter a PRF, conforme determina o Decreto nº 9.662/2019:

Art. 1º O Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:  
(...)

VII - ouvidoria-geral do consumidor e das polícias federais;

(...) XIII - aquela prevista no § 2º do art. 144 da Constituição, por meio da Polícia Rodoviária Federal;


(...) XIX - promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;

Portanto, os atos aqui questionados têm participação efetiva da União e as consequências danosas para a sociedade só podem ser afastadas mediante ação da ré no sentido de tomar as providências legais, em matéria administrativa e orçamentária, para o efetivo cumprimento desta pretendida decisão judicial.

É imperiosa a condenação da União (PRF), consistente na obrigação de fazer, para determinar a reabertura das Comissões Nacional e Regionais de Direitos Humanos e a manutenção da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania nos Cursos de Formação e Reciclagem, por missão constitucional, com a interpretação das leis federais e com a sua adequada e uniforme aplicação em todo o território nacional.

É imperioso, desde logo, uma atuação estratégica de enfrentamento que possa repercutir na desconstrução do racismo institucional no Brasil e criar políticas públicas voltadas para assegurar e promover a paz social, porquanto, em razão do princípio da vedação do retrocesso, não é permitida a supressão normativa dos direitos já consagrados.

Não se deve olvidar, contudo, que as medidas ilegais e abusivas perpetradas pelas agências policiais se perpetuam, sobretudo, por encontrar respaldo e chancela de

 <p><b>MPF</b> Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS</p>	<p>Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br</p>
--	---	---

autoridades e segmentos do sistema de justiça.

Lado outro, como já salientado, a omissão do Poder Público na efetivação de direitos fundamentais deve estar sujeita ao crivo crítico e ao suprimento dessa negligência por meio de provocação dos órgãos do sistema de justiça.

Nesse sentido, recente acórdão proferido pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça:


Não há como falar sobre o tema da abordagem policial, no Brasil, sem tratar tanto das origens das instituições policiais no país quanto de racismo, definido por Silvio de Almeida, em sua acepção estrutural, como “[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Segundo o autor, “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’” (ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural?, Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 38- 39).

[...] é preciso que sejamos mais efetivos ante as práticas autoritárias e violentas do Estado brasileiro, pois enquanto não houver um alinhamento pleno, por parte de todos nós, entre o discurso humanizante e ações verdadeiramente transformadoras de certas práticas institucionais e individuais, continuaremos a assistir, apenas com lamentos, a morte do presente e do futuro, de nosso país e de sua população mais invisível e vulnerável. E não realizaremos o programa anunciado logo no preâmbulo de nossa Constituição, de construção de um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Recurso em *habeas corpus* nº 158580 - BA (2021/0403609-0). Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma. DJe 25.04.2022.

Por fim, percorrido o extenso caminho acima traçado, cabe reiterar, por oportuno, a fala do Ministro do STF, Edson Fachin, em audiência pública realizada no âmbito da ADPF 635 (nominada ADPF das Favelas): **“Não somos e não podemos ser, nenhum de nós, indiferentes à dor e à responsabilidade”**.

### 3. DA TUTELA ANTECIPADA

 <p>Ministério Público Federal</p>	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosângela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
---	--	---

O Código de Processo Civil prevê o mecanismo da tutela provisória, a qual pode se fundamentar em urgência ou evidência (art. 294 do CPC).

A tutela de urgência é reconhecida quando há elementos suficientes que verifiquem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC, *in verbis*:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Dos fatos, extraem-se todos os elementos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela pela ausência da disciplina de Direitos Humanos e Cidadania no Curso de Formação Profissional que se encontra em andamento, quais sejam: a verossimilhança das alegações (*fumus boni iuris*) e o perigo na demora (*periculum in mora*).

A fumaça do bom direito emerge de todo o conteúdo normativo e principiológico que foi elencado ao longo desta exordial.

O *periculum in mora* reside no fato de que, caso se aguarde o curso normal do processo, se perpetuará a conduta violadora de direitos fundamentais da réu, que deixam graves traumas e, com isso, ainda prejudicam a imagem da própria instituição e aumentam a desconfiança da coletividade sobre si.

Deve-se ressaltar que o curso de formação da Polícia Rodoviária Federal convocou os candidatos excedentes aprovados no último concurso público da corporação, com edital publicado em 2021. O chamamento foi publicado no Diário Oficial da União em 07/06/2022.

Essa convocação é consequência do Decreto nº 11.083, de 25 de maio de 2022, que autorizou a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Rodoviária Federal.

Por sua vez, o Diretor-Geral da PRF publicou, em 07 de junho de 2022, o Edital do Concurso nº 68, no qual consta, em seu item 5.3, **que o Curso de Formação será realizado no período de no período de 17 de junho de 2022 a 6 de outubro de 2022.** [7]

É importante lembrar que o deferimento do pedido de tutela antecipada de restabelecimento da disciplina Direitos Humanos e Cidadania, no curso de formação que já

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
--	--	---

se encontra em andamento, não representa uma medida desarrazoada, **uma vez que a referida matéria era lecionada até o ano passado, de forma que a PRF já dispõe da estrutura material e humana para a pronta retomada do seu ensino, tanto que já se comprometeu a retomar 10 horas aula no formato EAD ainda nesse curso.**

Patente, pois, que se a tutela pretendida receber acolhimento tão somente ao final da lide, quando da prolação da sentença, a ausência de carga horária da disciplina na formação dos novos PRF's no Curso de Formação de 2022.2 resultará em mais abordagens violentas e desumanas, desencadeando um novo ciclo de episódios semelhantes aos já citados.

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer seja a réu citada para responder à presente ação, sob pena de revelia e, em sede de antecipação da tutela de urgência, que V. Exa determine à União, através do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão despersonalizado integrante da estrutura do Ministério da Justiça, que :

a) proceda à revogação da PORTARIA DG/PRF Nº 456, de 03 de maio de 2022, restabelecendo-se assim o funcionamento e as competências das Comissões de Direitos Humanos, Nacional e Regionais, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal;

b) reinclua a disciplina Direitos Humanos e Cidadania no Curso de Formação que já está ocorrendo, **no período de 17 de junho de 2022 a 6 de outubro de 2022**, abordando obrigatoriamente temas que envolvam protocolos de abordagem policial a grupos vulneráveis (v.g. negros, mulheres, indígenas, quilombolas, portadores de enfermidades físicas e mentais, população LGBTQIA+, etc), com enfoque na seletividade da abordagem policial na população pobre e negra, com carga-horária não inferior a 30 (trinta) horas/aula (*status quo ante*), das quais ao menos 20(vinte) horas ministradas em regime presencial e 10 (dez) horas em regime Ead;

b.1) alternativamente, proceda à dilação do prazo para a conclusão do Curso de Formação 2022.2 para incluir as 20 (vinte) horas/aula de carga horária presencial da disciplina Direitos Humanos e Cidadania, como condição para o recebimento do certificado de conclusão do Curso de Formação, em adição às 10 (dez) horas/aula em regime EaD que já serão ministradas pela PRF em decorrência do acatamento parcial de nossa Recomendação;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br
--	--	---



c) garanta que todo servidor da PRF que praticar abuso de autoridade ou outra violação a direitos fundamentais deverá frequentar Curso de Reciclagem sobre protocolos de atendimento e direitos humanos na instituição, com a inclusão da referida disciplina de forma autônoma e com carga horária de no mínimo 30 (trinta) horas/aula, nos mesmos moldes do curso de formação, sem prejuízo das demais sanções disciplinares e penais cabíveis;

d) que determine à PRF que seja dada prioridade às apurações disciplinares administrativas e processos que envolvam violações de Direitos Humanos e abuso de poder, bem como dar publicidade ao resultado dessas investigações a partir da apresentação do relatório pela Comissão processante ou logo após a sua conclusão (ex vi dos arts. 150 e 151 da Lei nº 8112/90).

e) ao final, requer a confirmação dos pedidos formulados em sede de antecipação da tutela e que seja determinado à UNIÃO que:

e.1 ) proceda ao restabelecimento do ensino de Direitos Humanos e Cidadania, como disciplina autônoma, com a carga horária mínima de 30 (trinta) horas/aula, com o mínimo de 20 (vinte) horas no formato presencial, nos futuros Cursos de Formação e Reciclagem realizados pela Polícia Rodoviária Federal;

e.2) garanta que todo policial da PRF que praticar abuso de poder ou violar direitos fundamentais frequente Curso de Reciclagem em direitos humanos antes de retornar ao serviço externo, sem prejuízo das demais sanções disciplinares e penais cabíveis;

e.3) determine à PRF que seja dada prioridade às apurações disciplinares administrativas e processos que envolvam violações de Direitos Humanos e abuso de poder, bem como dar publicidade ao resultado dessas investigações a partir da apresentação do relatório pela Comissão processante ou logo após a sua conclusão (ex vi dos arts. 150 e 151 da Lei nº 8112/90);

e.4) proceda à revogação da PORTARIA DG/PRF Nº 456, de 03 de maio de 2022, restabelecendo-se assim o funcionamento e as competências das Comissões de Direitos Humanos, Nacional e Regionais, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** pretende provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente a testemunhal, documental, pericial, juntada de documentos supervenientes e depoimento pessoal dos representantes do Estado, sob pena de confissão.

Manifesta, desde já, interesse na realização de audiência de conciliação.



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM  
GOIÁS

Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista,  
Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO  
Telefone: (62)32435400  
Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br

Tratando-se de tutela de valor inestimável, dá-se à causa o valor simbólico de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

*assinado eletronicamente*

**MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA**  
PROCURADORA DA REPÚBLICA  
PROCURADORA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

*assinado eletronicamente*

**HELIO TELHO CORRÊA FILHO**  
PROCURADOR DA REPÚBLICA  
15º OFÍCIO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA  
ATIVIDADE POLICIAL (em substituição)

---

Notas

1. <sup>^</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/24/mpf-abre-procedimento-para-investigar-operacao-na-vila-cruzeiro.ghtml>
2. <sup>^</sup> <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/10/26/corte-interamericana-condena-brasil-por-morte-de-64-pessoas-em-explosao-de-fabrica-clandestina-na-bahia.ghtml>
3. <sup>^</sup> [https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/mapear2019\\_2020%20\(1\).pdf](https://www.childhood.org.br/childhood/publicacao/mapear2019_2020%20(1).pdf)
4. <sup>^</sup> <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/prf-impoe-sigilo-de-100-anos-a-processos-contragentes-envolvidos-na-morte-de-genivaldo>
5. <sup>^</sup> <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/sergipe-mpf-investiga-falta-de-transparencia-da-prf-em-imposicao-de-sigilo-sobre-processos-disciplinares-de-policiais-envolvidos-na-morte-de-genivaldo-de-jesus-santos>




PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA EM  
GOIÁS

Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista,  
Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO  
Telefone: (62)32435400  
Email: prgo-1oficio@mpf.mp.br

6. <sup>^</sup> Detalhes da apuração em "DESPACHO DE INSTAURAÇÃO DE PP Nº 288/2022/3º OCC-LCM"

7. <sup>^</sup>

[https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/PRF\\_21/arquivos/ED\\_68\\_PRF\\_2021\\_CONV\\_2A\\_TURMA\\_CFP.PDF](https://cdn.cebraspe.org.br/concursos/PRF_21/arquivos/ED_68_PRF_2021_CONV_2A_TURMA_CFP.PDF)

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS	Av. Olinda, Quadra G, Lote 02 Ed. Rosangela P. Batista, Parque Lozandes - CEP 74884120 - Goiânia-GO Telefone: (62)32435400 Email: <a href="mailto:prgo-1oficio@mpf.mp.br">prgo-1oficio@mpf.mp.br</a>
---	--	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-GO-00024954/2022 DESPACHO nº 8928-2022**

---

Signatário(a): **HELIO TELHO CORRÊA FILHO**

Data e Hora: **28/06/2022 11:26:22**

Assinado com certificado digital

---

Signatário(a): **MARIANE GUIMARAES DE MELLO OLIVEIRA**

Data e Hora: **28/06/2022 11:12:49**

Assinado com certificado digital

---

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8dfd65a8.74601799.a030395f.851d4f1b